

Greve nacional dos auditores fiscais e ação coletiva do SINDICOMIS/ACTC: desafios e soluções para os setores afetados

Fonte: SINDICOMIS/ACTC

Data: 30/11/2023

As paralisações dos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil (RFB), iniciadas em 20 de novembro, coincidiram com problemas operacionais no Aeroporto de Guarulhos. A consequência foi o impacto negativo nos negócios das empresas inseridas nos setores econômicos que nós, do SINDICOMIS e da ACTC, representamos nacionalmente e, por conseguinte, em seus clientes.

Ação proativa do SINDICOMIS/ACTC

Em resposta, agimos prontamente junto às autoridades federais, abordando tanto a Receita Federal quanto a gestão dos aeroportos. Além disso, propusemos uma ação coletiva para ressarcimento dos prejuízos sofridos (mais detalhes logo abaixo).

Motivos por trás da greve

A greve dos auditores fiscais visa à implementação do Plano de Aplicação do Fundaf e modificações no Decreto nº 11.545/2023, com o objetivo de assegurar o pagamento de um bônus de eficiência acordado com o governo federal em 2016. A greve tem ampla adesão nacional, com manifestações em várias regiões fiscais.

Esforços conjuntos e diálogo

Diante deste contexto, nossas entidades têm atuado ativamente. Já na semana anterior, iniciamos esforços conjuntos com a ANAC e a RFB, focando na resolução dos desafios enfrentados nas alfândegas nacionais, principalmente no Aeroporto de Guarulhos.

Luiz Ramos, presidente do SINDICOMIS/ACTC, solicitou uma entrevista jornalística com Gustavo Figueiredo, presidente do GRU Airport, buscando entender a situação e as propostas de solução para os problemas que afetam diretamente as operações no aeroporto.

Resposta legal às paralisações

Adicionalmente, em resposta aos impactos da greve dos auditores fiscais, estamos alinhados à iniciativa da Advocacia-Geral da União (AGU), que propôs uma ação no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a paralisação nos portos e aeroportos. O objetivo é proteger os interesses das nossas categorias econômicas, tendo em vista a importância do controle aduaneiro e de fronteiras, conforme o artigo 237 da Constituição.

Chamado à união entre nossos representados

Nossas entidades aguardam os desdobramentos dessas ações. Além disso, convocamos todos os associados e filiados a se unirem à nossa ação coletiva, proposta junto ao Poder Judiciário, para ressarcimento dos prejuízos sofridos.

Diante dos desafios imprevistos e significativos que enfrentamos a

contribuição de cada um de nossos membros não é apenas valiosa, mas essencial. Seu apoio financeiro, neste momento crítico, é um investimento direto na estabilidade e no crescimento das nossas categorias econômicas. Entendemos que esses gastos não estavam inicialmente previstos em nossos orçamentos, mas a sua adesão espontânea é um passo fundamental para superarmos juntos estes obstáculos.

Garantimos total transparência na aplicação destes recursos, assegurando que cada contribuição será empregada estrategicamente para maximizar o benefício coletivo. Estamos inteiramente à disposição para discutir detalhes, estratégias e responder a quaisquer dúvidas, pois acreditamos na força da comunicação e colaboração contínua.

A sua participação ativa é o que nos fortalece como grupo. Juntos, temos a capacidade de enfrentar estes desafios e alcançar resultados favoráveis que beneficiarão a todos nós. Contamos com o seu apoio.